

A HARMONIZAÇÃO VOCÁLICA E O ABAIXAMENTO DE VOGAIS NOS VERBOS DO PORTUGUÊS¹

Maria Helena Mira Mateus
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

1. Introdução

O contacto com a mais recente literatura nas várias áreas da linguística tem evidenciado uma necessidade, sentida pelos linguistas, de intercâmbio de conhecimentos entre essas áreas como motor de progresso na respectiva investigação. Esta necessidade desperta, nos investigadores de domínios mais produtivos como a sintaxe e a semântica, uma natural curiosidade em relação à fonologia que, vivendo em discreto recato nos últimos anos, é respeitada mas pouco conhecida fora do seu estrito âmbito. No entanto, a amplitude progressiva que tem ganho o seu objecto de estudo e as múltiplas propostas teóricas surgidas na sequência da teoria generativa *standard* tornam hoje a fonologia um domínio incontornável na compreensão do funcionamento das línguas e da linguagem. E não se diga que, pelo facto de trabalhar sobre unidades mínimas segmentais ou prosódicas – hoje integradas em estruturas cada vez mais vastas –, a análise do seu funcionamento tem uma importância menor. Aliás, é exactamente devido às características do nosso objecto de estudo que a fonologia é um magnífico campo de treino para a formulação e validação de hipóteses, para uma exigência de rigor e para apaixonantes descobertas.

A exemplificação da aplicação de uma perspectiva fonológica actual é feita, no presente artigo, com a apresentação de uma hipótese de explicação morfofonológica de uma das mais curiosas especificidades do Português.

¹ Esta comunicação insere-se no projecto Understanding Phonology – The Phonological Constituents in European Portuguese, financiado pela FCT e identificado como POCTI/33277/LIN/2000. A sua elaboração beneficiou de discussões com Ernesto d’Andrade.

2. Harmonização vocálica e abaixamento: apresentação descritiva e explicação histórica

A harmonização vocálica e o abaixamento de vogais nos verbos do Português são dois processos vivos em todas as variedades da língua que têm como consequência a alternância de altura das vogais acentuadas. Vejam-se exemplos em (1).

(1)	d[é]vo	d[é]va	m[ó]vo	m[ó]va	f[i]ro	f[i]ra	d[ú]rmo	d[ú]rma
	d[ɛ]ves	d[é]vas	m[ɔ]ves	m[ó]vas	f[ɛ]res	f[i]ras	d[ɔ]rmes	d[ú]rmas
	d[ɛ]ve	d[é]va	m[ɔ]ve	m[ó]va	f[ɛ]re	f[i]ra	d[ɔ]rme	d[ú]rma
	d[ɛ]vem	d[é]vam	m[ɔ]vem	m[ó]vam	f[ɛ]rem	f[i]ram	d[ɔ]rmem	d[ú]rmam

Estes processos morfofonológicos, distintos mas que podem relacionar-se, estão descritos na gramática tradicional e receberam várias explicações da gramática histórica que vale a pena recordar, ainda que a proposta que aqui apresento se insira na teoria autosegmental da fonologia. Referirei, brevemente, a descrição de Cunha e Cintra (1984) e as explicações de Williams [1938] (1961: 213-221), de José Joaquim Nunes [1919] (1951: 282-290) e de Piel (1944).

A *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Cunha e Cintra refere, sob o título de *Verbos com alternância vocálica*, os «verbos que apresentam diferença de timbre na vogal do radical conforme nele recaia ou não o acento tónico» (1984:412). Trata-se de uma descrição que tem em conta o português europeu e o brasileiro devido, sobretudo, às diferenças nas vogais não acentuadas. A descrição incide sobre os Presentes do Indicativo e Conjuntivo e sobre os Imperativos Afirmativo e Negativo cujas formas se identificam com as dos referidos presentes. A alternância entre formas rizotónicas e entre estas e as arrizotónicas é apresentada nas três conjugações segundo os modelos dos verbos *levar* e *lograr*, *dever* e *mover*, *servir* e *dormir*, *frigir* e *acudir*. A descrição é completada com observações sobre verbos que não seguem os respectivos modelos. Nesta perspectiva não se pretende explicar a alternância mas descrevê-la para todos os verbos do Português, o que está de acordo com os objectivos de uma gramática descritiva.

A gramática histórica procura explicar a evolução da língua tomando em consideração, neste caso particular, aspectos morfológicos e fonéticos e referindo-os, naturalmente, ao étimo latino. Williams considera que, nos verbos regulares da segunda e terceira conjugações com vogal breve no radical em latim (exs. *verter* e *volver*, *servir* e *dormir*), a diferença nas vogais rizotónicas da primeira pessoa do singular do presente do indicativo *vs.* as segunda

e terceira do singular, e terceira do plural, se deve ao fechamento da vogal da primeira pessoa, que seria, no português arcaico, aberta na segunda conjugação ($v[\varepsilon]rto$, hoje $v[e]rto$, ou $v[\circ]lvo$, hoje $v[o]lvo$) e média na terceira por influência assimilatória da semivogal ($s[e]rvo$, de *sěrvŭo*, hoje $s[i]rvo$ ou $d[o]rmo$, de *dōrmŭo*, hoje $d[u]rmo$)². Este fechamento seria causado por metafonia – ou assimilação a distância – da vogal final da primeira pessoa³. Nas vogais fechadas do presente do conjuntivo, Williams considera que a passagem de $v[\varepsilon]rta$ a $v[e]rta$ e de $v[\circ]lva$ a $v[o]lva$ ou de $s[\varepsilon]rva$ a $s[i]rva$ e de $d[\circ]rma$ a $d[u]rma$ se fez por analogia com a primeira pessoa do Presente do Indicativo, e ainda por influência das formas do plural em que a vogal não é tónica mas também fechada: *servamos, servais, etc.* A importância da analogia para o neogramático Williams leva-o a dizer: «Tal é a força da analogia no seu triunfo sobre a força da modificação fonológica» (*op.cit.*: 214).

Também em Piel (1944) a analogia tem um lugar de relevo. Se o fechamento da primeira pessoa do indicativo e das formas do conjuntivo se deve à influência assimilatória da vogal final (e na terceira conjugação, da combinação desta assimilação com a provocada pela semivogal), as formas do conjuntivo resultam «da solidariedade morfológica existente entre a 1ª pessoa do indicativo e as formas do conjuntivo, [solidariedade] que se revelou mais forte que os factores fonéticos» (*op. cit.*: 373)⁴. Aqui estamos novamente perante a analogia ainda que sob outra denominação. Também José Joaquim Nunes explica as vogais fechadas da segunda conjugação por influência assimilatória da semivogal existente em *fěrvěo* ou *mōvēo* e, nas formas sem semivogal como *věрто* ou *sōrvo*, a um fechamento por analogia.

Explicadas que estão as vogais médias e altas por conjugação da assimilação com a analogia, como resolver agora as vogais abertas resultantes de *e* e *o* longos ou de *i* e *u* breves (que, sabemos, davam vogais fechadas no português) nas formas das segunda e terceira pessoas do singular e terceira do plural do presente do indicativo, como em $d[\varepsilon]ve$ (de *dēbet*), $m[\circ]ve$ (de *mōvet*), ou $s[\circ]be$ (de *sūbět*) e $t[\circ]sse$ (de *tūssīt*)? Ainda aqui a influência analógica é

² Os exemplos dados por Williams são de verbos com *ě*, o que justifica que apenas procure uma explicação para a primeira pessoa, já que as restantes seriam, naturalmente, abertas.

³ O termo *metafonia* é utilizado pelos autores aqui referidos para designar diferentes tipos de assimilação: causada pela vogal final (Williams) ou pela semivogal (Piel), ou passagem de fechada a aberta, por contraste com a assimilação inversa denominada apofonia (Carolina Michaëlis).

⁴ Também Harri Meier refere a analogia para explicar formas como *foges* ou *sobes* com vogal aberta que, por terem *i* ou *u* no radical, não deveriam manifestar alternância, tal como ocorre nos verbos regulares (ex. *vivo, vives, etc., iludo, iludes, etc.*).

determinante para Williams que diz: «Verbos do latim clássico com \bar{e} (ou \bar{i}) radical e \bar{o} (ou \bar{u}) se desenvolveram em português por analogia com verbos com \check{e} e \check{o} radicais do latim clássico» (*op.cit.*: 216). Piel explica a ocorrência de vogal aberta nestas formas como resultado da influência assimilatória da vogal final *e*, que determinaria *d[ε]ves*, *d[ε]ve* etc.

Neste cruzamento de influências assimilatórias das vogais finais e das semi-vogais com analogias entre tempos verbais e entre verbos, apenas José Joaquim Nunes se refere à importância da vogal temática na elevação das vogais: «As mesmas vogais -e- e -o- do radical convertem-se respectivamente em -i- e -u-, se o verbo em que se encontram é dos que terminam no infinitivo em -ir» (*op. cit.*: 284).

A explicação da história das línguas com recurso à analogia, de que frequentemente se serviam os neogramáticos, tem sido discutida⁵. O seu âmbito está hoje bastante limitado, e utiliza-se, sobretudo, na referência à extensão da aplicação de regras gerais na variação linguística e na aquisição da linguagem. Por outro lado, a análise da estrutura interna das palavras e a subsequente construção de formas subjacentes regida por princípios gerais das línguas permitiram apresentar uma explicação mais satisfatória do que a atrás referida para a alternância vocálica nos verbos do português, não só por ser mais generalizante mas por integrar numa mesma perspectiva os níveis fonológico e morfológico.

3. Harmonização vocálica e abaixamento nos verbos do português: uma outra proposta

3.1. Harmonização vocálica

Os problemas que vou tratar com recurso à **teoria autosegmental** da fonologia dizem respeito, portanto, à altura das vogais acentuadas do radical nas formas verbais atrás mencionadas – ou seja, nos presentes do indicativo e do conjuntivo. O termo de fechamento será substituído pelo de **elevação** relativamente às vogais médias e fechadas, e o de abertura, pelo de **abaixamento** relativamente às vogais abertas.

Se observarmos a constituição das formas verbais dos presentes do indicativo e conjuntivo, propondo que a vogal temática esteja integrada em todas essas formas nas representações **lexicais subjacentes**, e se as compararmos com

⁵ Ver Kiparsky (1968:192 e ss.) sobre a relação entre *analogia* e *simplificação*.

as correspondentes formas de superfície, verificamos que a vogal temática é **suprimida** quando à sua direita se encontra uma vogal, seja o sufixo da primeira pessoa do singular do Presente do Indicativo, *o*, seja o sufixo do Presente do Conjuntivo (*e* na primeira conjugação e *a* nas segunda e terceira conjugações). Os verbos que exemplificam são *falar*, *bater* e *partir*.

(2) Formas subjacentes

Presente do Indicativo

fal + a + o	bat + e + o	part + i + o
fal + a + s	bat + e + s	part + i + s
fal + a	bat + e	part + i
fal + a + mos	bat + e + mos	part + i + mos
fal + a + (d)es	bat + e + (d)es	part + i + (d)es
fal + a + m	bat + e + m	part + i + m

Presente do Conjuntivo

fal + a + e	bat + e + a	part + i + a
fal + a + e + s	bat + e + a + s	part + i + a + s
fal + a + e	bat + e + a	part + i + a
fal + a + e + mos	bat + e + a + mos	part + i + a + mos
fal + a + e + (d)es	bat + e + a + (d)es	part + i + a + (d)es
fal + a + e + m	bat + e + a + m	part + i + a + m

(3) Formas de superfície

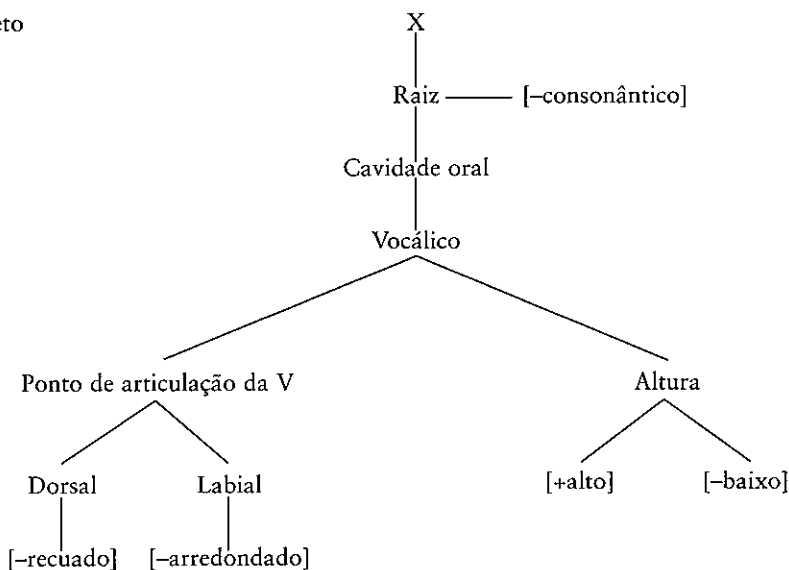
/fal + a + o/	→	falo	[fálu]
/fal + a + e/	→	fale	[fáli] etc.
/bat + e + o/	→	bato	[bátu]
/bat + e + a/	→	bata	[báte] etc.
/part + i + o/	→	parto	[pártu]
/part + i + a/	→	partas	[pártø] etc.

No quadro da teoria **autossegmental** que fundamenta a análise fonológica aqui realizada, os segmentos que constituem as sequências fonológicas situam-se em níveis autónomos e independentes e os próprios traços distintivos também têm autonomia. É portanto uma teoria multilinear (diferentemente da teoria clássica que é linear). Apesar de autónomos, contudo, os traços distintivos que constituem a estrutura interna de um segmento estão agrupados em nós de classe de que dependem e estão localizados em níveis separados. No

nível mais alto, os traços estão ligados a um nó chamado **raiz** do segmento. Cada raiz está associada a uma posição num nível ou numa camada separada, chamada **esqueleto**, que consiste numa sequência de unidades de tempo abstractas e contém, assim, as posições ocupadas pelos segmentos das representações lexicais. Esta organização denomina-se geometria de traços e está exemplificada em (4) com uma representação parcial da estrutura da vogal /i/.

(4) *Representação simplificada da organização dos traços de /i/*

Esqueleto



Nesta representação, *Cavidade Oral*, *Vocálico*, *Ponto de articulação da Vogal*, *Altura* e *Dorsal* são nós de classe dos quais dependem os traços distintivos. O diagrama indica as respectivas dependências.

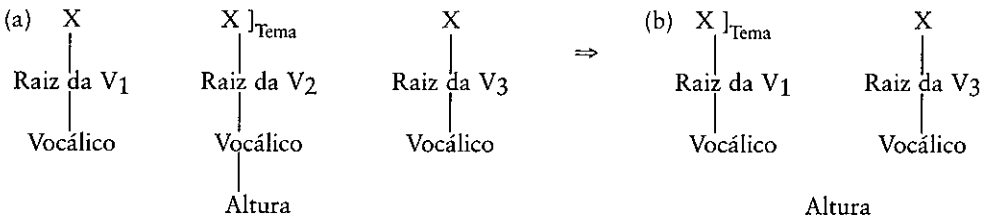
Para mais claro entendimento da análise que se segue apresento em (5) um quadro inteiramente preenchido com os valores dos traços de altura (alto e baixo) das vogais fonológicas do português.

(5) Traços de altura das vogais

Traços	i	e	ɛ	a	ɔ	o	u
alto	+	-	-	-	-	-	+
baixo	-	-	+	+	+	-	-

A supressão da vogal temática nas formas atrás referidas implica a supressão da posição que essa vogal ocupa no nível do esqueleto. Porém, tendo em conta que os traços de um segmento também são autónomos, a supressão da posição da vogal temática deixa ficar o seu traço de altura como um **segmento flutuante** que não está ligado a nenhuma posição. A representação desse processo em (6) está simplificada no que respeita à completa organização dos traços. Apenas figuram a Raiz e o nó Vocálico, de que depende a Altura, e apenas está indicado o nó de Altura da vogal temática.

(6) Supressão da Vogal Temática



Na parte (a) da regra estão indicadas apenas as três últimas vogais das formas verbais – Vogal do Radical, Vogal Temática e Vogal do Sufixo – em que a respectiva raiz tem a correspondente posição no esqueleto representada por X. A primeira vogal, a do radical (aqui indicada como V₁), pode preceder imediatamente a segunda, a vogal temática (V₂), ou estar separada dela por uma ou duas consoantes sem que isso tenha consequências⁶. A condição necessária é que a vogal temática esteja imediatamente seguida da vogal do sufixo (V₃).

Na parte (b) da regra, a vogal do radical (V₁) passou a ser a última vogal do tema visto que a posição da vogal temática e a raiz dessa vogal já não figuram, tendo ficado a Altura como segmento flutuante. Ora a **harmonização vocálica** nos verbos do português resulta exactamente da projecção da altura da vogal temática sobre a vogal do radical. Essa harmonização torna-se evidente se compararmos a **alternância de altura** da última vogal do radical acentuada nos verbos das três conjugações. As formas verbais são as mesmas em que a vogal temática foi suprimida: a primeira pessoa do singular do Presente

⁶ Os verbos que servem de exemplificação têm uma ou duas consoantes entre a vogal do radical e a vogal temática (cf. /fal + a + t/ e /part + i + t/). Em verbos cujo radical termina em vogal, como *doer* ou *sair*, também se dá a supressão da vogal temática (cf. *doa* /do + e + a/ → [dôe]; *doas* /do+e+a+s/ → [dôes]), etc.), embora por vezes exista, em superfície, uma glide introduzida no lugar que essa vogal temática ocupava (cf. *caia* /ka+i+a/ → [kájɛ]).

do Indicativo (cf. 7a) e as primeira, segunda e terceira pessoas do singular e terceira do plural do Presente do Conjuntivo (cf. 7b). Os verbos que exemplificam são *levar* e *morar*, *dever* e *mover*, *ferir* e *dormir*.

(7) levar	morar	dever	mover	ferir	dormir
(a) <i>Presente do Indicativo</i>					
l[é]vo	m[ó]ro	d[é]vo	m[ó]vo	f[í]ro	d[ú]rmo
(b) <i>Presente do Conjuntivo</i>					
l[é]ve	m[ó]re	d[é]va	m[ó]va	f[í]ra	d[ú]rma
l[é]ves	m[ó]res	d[é]vas	m[ó]vas	f[í]ras	d[ú]rmas
l[é]ve	m[ó]re	d[é]va	m[ó]va	f[í]ra	d[ú]rma
l[é]vem	m[ó]rem	d[é]vam	m[ó]vam	f[í]ram	d[ú]rmam

As formas verbais incluídas em (7) mostram que as vogais acentuadas são:

- (i) [é] e [ó], vogais baixas, nos verbos de vogal temática /a/, vogal baixa
- (ii) [é] e [ó], vogais médias, nos verbos de vogal temática /e/, vogal média
- (iii) [í] e [ú], vogais altas, nos verbos de vogal temática /i/, vogal alta

Trata-se claramente de uma assimilação condicionada pela vogal temática. As vogais assimiladas conservam os traços [recuado] e [arredondado] que as identificam na representação lexical. Apenas houve assimilação no traço de altura.

A harmonização vocálica não ocorre com os verbos com vogal do radical /i/ e /u/, como se pode verificar em *virar* e *furar* ou *viver* (a segunda conjugação não possui verbos com [u] no radical).

(8) viro	v[í]ro....(e não *v[é]ro)
furo	f[ú]ro....(e não *f[ó]ro)
vivo	v[í]vo....(e não *v[é]vo)

Além disso, os verbos cuja última vogal do radical é /a/ também não exibem uma alternância, o que é evidente nas formas de *falar*, *bater* e *partir* que mantêm a vogal baixa nas três conjugações, independentemente, portanto, da altura da vogal temática (vejam-se os exemplos em (9)).

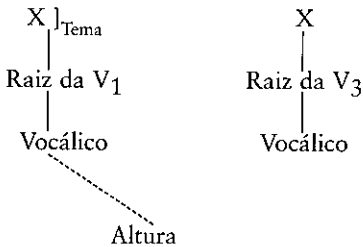
(9) falo	f[á]lo	f[á]le....
bato	b[á]to	b[á]ta.... (e não *b[é]ta)
parto	p[á]rto	p[á]rta.... (e não *p[í]rta)

Assim, a vogal que sofre a assimilação tem duas restrições: não pode ser alta, i.e., /i/ ou /u/, e não pode ser baixa, i.e., /a/. Como /i/ e /u/ são as únicas

vogais altas do Português em representação lexical, não é difícil restringir a actuação do processo. Mas no que respeita às vogais baixas, como distinguir /e/ e /ɔ/ de /a/ apenas com os traços de altura?

Para resolver esta restrição refiro aqui um dos instrumentos teóricos que tem sido desenvolvido no âmbito da fonologia autosegmental: a teoria da **subespecificação**. O princípio de que os segmentos podem não ser inteiramente especificados nas representações lexicais funciona para todas as línguas mas define-se para cada língua. Este princípio resolve, no caso da harmonização vocálica, uma parte importante do funcionamento do processo. Se as vogais médias do radical dos verbos forem subespecificadas quanto aos traços de altura, a assimilação provocada pela vogal temática vem preencher os valores dos traços não especificados com os correspondentes valores da vogal temática. Sendo assim, a harmonização vocálica só se dá nas vogais cuja altura não está especificada naqueles dois traços, podendo ser formalizada como em (10), de forma extremamente económica e simples.

(10) Assimilação do traço de altura pela vogal do radical



Os dois traços não especificados são preenchidos pelos valores dos traços correspondentes da vogal temática suprimida cuja altura se encontrava já como segmento flutuante. Assim, nos verbos da primeira conjugação as vogais ficam baixas, na segunda ficam médias e na terceira ficam altas⁷.

A projecção da altura da vogal temática sobre a vogal do radical não abrange apenas as vogais acentuadas, embora nesses casos seja mais evidente. Formas como *reflectamos*, *firamos*, *adiremos*, *ingiramos*, *sigamos*, *vistamos*, ou *cubramos*, *engulamos*, *durmamos*, *tussamos* mostram que a harmonização vocálica actua antes da aplicação do acento (o verbos do tipo *dormir* ou *cobrir* só na ortografia permitem reconhecer a assimilação devido à elevação da vogal átona). Como a harmonização se dá em consequência da supressão da

⁷ Sobre este problema ver Wetzels, L. (1991).

vogal temática, se esta não tivesse sido suprimida quando incide o acento estaria na posição de acentuável e já não podia ser suprimida⁸.

A hipótese de que as vogais [e] e [ɛ], e [o] e [ɔ] não sejam completamente especificadas na representação lexical vem ao encontro da pouca produtividade de oposições distintivas entre essas vogais, e do facto de que, em muitas línguas como o espanhol e o italiano e outras não românicas, elas nem sequer permitem a constituição de pares mínimos opositivos. No entanto, esta hipótese põe problemas se tomarmos em conta a relação entre nomes e verbos com o mesmo radical. Como se justifica que haja nomes como *força*, *escova* vs. *demora*, *volta*, todos relacionados com verbos da primeira conjugação, ou *acrécimo* e *débito* relacionados com verbos da segunda? Estas diferenças de altura nas vogais do radical implicam que elas já sejam especificadas nas representações lexicais. Mas como também existem alternâncias entre as vogais de *chuva* e *chover*, envolvendo, neste caso, uma vogal alta, podemos propor que as representações lexicais de nomes e verbos relacionados tenham entradas diferentes: os nomes possuem uma vogal final do radical completamente especificada, os verbos, não. Esta hipótese tem justificação exactamente no facto de o processo de harmonização vocálica dos verbos funcionar num contexto morfofonológico específico, como disse acima.

3.2. *Abaixamento da vogal do radical*

Nas formas em que a vogal temática não é suprimida, ou seja, nas segunda e terceira pessoas do singular e na terceira do plural do Presente do Indicativo e nas correspondentes do Imperativo, as vogais acentuadas do radical são todas baixas nas três conjugações:

(11) l[ɛ]vas	m[ɔ]ras	d[ɛ]ves	m[ɔ]ves	f[ɛ]res	d[ɔ]rmes
l[ɛ]va	m[ɔ]ra	d[ɛ]ve	m[ɔ]ve	f[ɛ]re	d[ɔ]rme
l[ɛ]vam	m[ɔ]ram	d[ɛ]vem	m[ɔ]vem	f[ɛ]rem	d[ɔ]rmem

Estas vogais baixas são o resultado de um processo de *abaixamento* que actua, nestas formas, sobre as vogais do radical nas formas em que a vogal temática não foi suprimida. Em consequência, nas segunda e terceira conjugações verifica-se uma alternância de altura entre a primeira pessoa do singu-

⁸ Note-se que existe um grupo de verbos irregulares que, não manifestando assimilação de altura da vogal do radical nas formas em que a vogal temática é suprimida, manifesta, no entanto, nessas formas, uma consoante diferente da consoante do infinitivo. Assim, *ouvir* / *ouço*, *ouça*...; *medir* / *meço*, *meça*...; *poder* / *posso*, *possa*...; *pedir* / *peço*, *peça*...; *fazer* / *faço*, *faça*...; *trazer* / *trago*, *traga*...; *dizer* / *digo*, *diga*...; *perder* / *perco*, *perca*...

lar (vogais médias e altas) e as segunda e terceira do singular e terceira do plural (vogais baixas). Na primeira conjugação essa alternância não se verifica porque as vogais do radical que foram harmonizadas são também baixas e, desse modo, ficam iguais em altura às vogais resultantes da regra de abaixamento. Vejam-se as formas de (12):

(12)	l[ɛ]vo	m[ɔ]ro	d[é]vo	m[ó]vo	f[i]ro	d[ú]rmo
	l[ɛ]vas	m[ɔ]ras	d[ɛ]ves	m[ɔ]ves	f[ɛ]res	d[ɔ]rmes
	l[ɛ]va	m[ɔ]ra	d[ɛ]ve	m[ɔ]ve	f[ɛ]re	d[ɔ]rme
	l[ɛ]vam	m[ɔ]ram	d[ɛ]vem	m[ɔ]vem	f[ɛ]rem	d[ɔ]rmem

Encontra-se assim, neste conjunto de formas, uma outra alternância de altura das vogais, resultante de um processo específico de abaixamento. Esta alternância não se verifica na comparação entre as três conjugações (como no caso da harmonização vocálica) mas constata-se entre as formas de cada um dos verbos das segunda e terceira conjugações como vemos em (12).

Os verbos com vogal alta do radical, /i/ e /u/, também não manifestam abaixamento⁹:

(13)	vives	v[i]ves (e não *v[ɛ]ves) ¹⁰
	iludes	il[ú]des (e não *il[ɔ]des)

Neste processo de abaixamento a especificação das vogais dá-se depois de incidir o acento de palavra. Na posição métrica em que incide o acento as únicas vogais subespecificadas são precisamente as vogais do radical diferentes de /i/, /u/ e /a/. Essas vogais recebem o valor [+] no traço [baixo] (e, consequentemente, o valor [-] no traço [alto]).

Resumindo: a harmonização vocálica dos verbos é um processo de assimilação da altura da vogal temática pela vogal do radical. Essa assimilação segue-se à supressão da vogal temática que deixa o seu nó de altura como um segmento flutuante. Este segmento flutuante projecta-se sobre a vogal do radical quando essa vogal não está completamente especificada nos traços de altura (ou seja, quando não é /i/, /u/, ou /a/). Todo este processo precede a aplicação do acento de palavra.

⁹ O verbo *fugir* e poucos mais, com vogal alta no radical, têm vogal [+ baixa] neste grupo de formas (*f[ɔ]ges*, *f[ɔ]ge*, *f[ɔ]gem*), provavelmente por analogia com os verbos em que se verifica abaixamento. As vogais nasais do radical (ex: *sentir*) são harmonizadas mas não se tornam [+baixas] (ex: *s[ɪ]to*, *s[ɛ]tes* etc.).

¹⁰ Formas como *v[ɛ]ves* ocorrem em dialectos portugueses.

O abaixamento das vogais do radical nas formas em que a vogal temática não foi suprimida é um processo diferente da harmonização que actua quando a posição métrica do acento já está determinada. Neste contexto, as únicas vogais acentuadas que não estão inteiramente especificadas são as vogais do radical das segunda e terceira pessoas do singular e terceira do plural. Essas vogais acentuadas vão ser especificadas com o valor [+] no traço [baixo].

4. Relação entre os dois processos

A relação entre a harmonização vocálica e o abaixamentos das vogais do radical foi apresentada por Harris (1973) como um caso paradigmático da Elsewhere Condition formulada em Kiparsky (1972). Esta proposta da teoria clássica da fonologia generativa tinha como objectivo «estabelecer a condição necessária e suficiente que terá de se impor às regras para serem disjuntivamente ordenadas». Na formulação de Kiparsky, tratar-se-ia de duas regras adjacentes, aplicando-se a primeira num contexto que seria um subconjunto do contexto de aplicação da segunda. Os dois contextos são disjuntos e a aplicação das regras é ordenada. Uma generalização da Elsewhere Condition previa mesmo a não adjacência das regras. Segundo Harris, a harmonização vocálica e o abaixamento dos verbos em português preenchia os requisitos da Condição de Kiparsky visto que o contexto para aplicação da regra de abaixamento é mais geral do que o da regra de harmonização por não estar sujeito à supressão da vogal temática. Assim, desde que não houvesse essa supressão e as vogais não fossem harmonizadas, todas as outras acentuadas seriam tornadas baixas.

Esta perspectiva de ordenação das regras não se torna necessária na teoria autosegmental desde que supomos a subespecificação das vogais do radical. A harmonização vocálica e o abaixamento são dois processos que se interrelacionam com o acento: a harmonização dá-se antes das vogais serem acentuadas porque o segmento flutuante tem que «abrigar-se» numa vogal. O abaixamento é exigido pela subespecificação das vogais já acentuadas.

A procura de explicação para o funcionamento particular de uma língua é o nosso constante objectivo em linguística. Com esse fim analisamos os dados, generalizamos, comparamos com outras línguas, propomos princípios, desenvolvemos teorias, e voltamos aos dados. Indubitavelmente, fazemos ciência. Espero que assim seja entendida esta exemplificação da investigação em fonologia, e espero também ter contribuído para uma aproximação entre fonólogos e não fonólogos já que a paixão da linguística a todos nos faz vibrar.

Bibliografia

- ANDRADE PARDAL, E. d' (1977) – *Aspects de la phonologie (générative) du Portugais*. Lisboa, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, INIC.
- ANDRADE PARDAL, E. d' (1981) – Sobre a alternância vocálica em português. *Boletim de Filologia* 26: 70-81.
- CUNHA, C. e CINTRA, L. F. L. (1984) – *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa, João Sá da Costa.
- HARRIS, J. (1973) – Evidence from Portuguese for the 'Elsewhere Condition in Phonology'. In *Linguistic Inquiry*, 5 (1974): 61-80.
- KIPARSKY, P. (1972) – Elsewhere in phonology. In Anderson e Kiparsky (eds.) (1973) – *Festschrift for Morris Halle*. New York, Holt, Rinehart & Winston.
- MATEUS, M. H. M. (1975) – *Aspectos da fonologia portuguesa*. Lisboa, Centro de Estudos Filológicos (segunda edição revista, Lisboa: INIC, Textos de Linguística, 6, 1982).
- MATEUS, M. H. M. / ANDRADE, E. d' (2000) – *The Phonology of Portuguese*. Oxford, Oxford University Press.
- NUNES, J. J. [1919] (1951) – *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. Lisboa, Livraria Clássica (4ª ed.).
- PIEL, J. M. (1944) – *A flexão verbal do português*. In *Biblos*, 20 (1944): 395-404.
- WETZELS, L. (1991) – Harmonização vocálica, truncamento, abaixamento e neutralização no sistema verbal do português: uma análise auto-segmental. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 21, 25-58. Campinas, UNICAMP – IEL.
- WILLIAMS, E. B. [1938] (1961) – *From Latin to Portuguese. Historical Phonology and Morphology of the Portuguese Language*. Philadelphia, University of Pennsylvania. Trad. port. de A. Houaiss: *Do Latim ao Português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1961.

